



DF lidera buscas no Google por LGPD e privacidade digital

O Distrito Federal aparece como a unidade da Federação com maior interesse por assuntos ligados à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), de acordo com um levantamento inédito do Google. O resultado acompanha o perfil da economia local, fortemente ligado ao setor público e à preparação para concursos, áreas em que a legislação sobre proteção de dados passou a ter peso crescente.

Em todo o país, a procura pelo tema disparou nos últimos cinco anos. As buscas por “segurança de dados” aumentaram 180%, enquanto as pesquisas por “proteção de dados” cresceram 160%. O destaque ficou para “vazamento de dados”, que registrou alta de 400% no período. Já em junho deste ano, o termo “dados pessoais” alcançou o maior volume de buscas desde 2018.

Em Brasília, esse movimento acompanha a ampliação das exigências de adequação à LGPD por órgãos públicos, empresas estatais e prestadores de serviços. Na prática, cresce a procura por cursos, consultorias e profissionais especializados em



governança de dados e segurança da informação.

Os dados também mostram que a discussão sobre privacidade saiu do universo da tecnologia. O aumento dos vazamentos de informações e das fraudes digitais despertou o interesse do público por formas de proteger seus dados. Para empresas de cibersegurança, compliance e treinamento corporativo que atuam no Distrito Federal, o cenário abre espaço para novos negócios e amplia a demanda por serviços especializados.

Ed Alves/CB/DA Press



Mandioca no Cerrado

A Embrapa apresenta, amanhã de manhã, um conjunto de tecnologias voltadas ao cultivo de mandioca no Cerrado. As novidades incluem novas cultivares, técnicas de irrigação e alternativas para o controle de plantas daninhas, com o objetivo de aumentar a produtividade e melhorar o desempenho das lavouras irrigadas no Distrito Federal, uma das principais áreas de abastecimento da região. As tecnologias foram desenvolvidas pela Embrapa Cerrados em parceria com a Emater-DF e serão apresentadas durante a 26ª Semana do Pimentão, promovida pela Cooperativa Agrícola da Região de Planaltina (Cootaquara) no Núcleo Rural Taquara, em Planaltina. A iniciativa busca aproximar a pesquisa do campo, oferecendo aos pequenos e médios produtores ferramentas para reduzir custos, aumentar a produção e tornar a atividade mais rentável.

Sindilegis no parque

O Sindilegis, o sindicato que representa os servidores da Câmara, do Senado e do TCU, realiza no próximo domingo mais uma edição da Tenda Mais Vida Ativa, no Parque da Cidade. A programação é voltada aos filiados e familiares, com atividades funcionais, massagens e pontos de hidratação para ajudar a enfrentar os efeitos da seca no Distrito Federal. A iniciativa faz parte das ações do sindicato para ampliar os serviços oferecidos aos filiados e incentivar hábitos que contribuam para a saúde e o bem-estar dos servidores.

Magnus Torquato/Grupo Veloci



Gestão da Stock Car

A Federação Internacional do Automóvel (FIA) selecionou a Stock Car para servir de modelo de gestão, segurança e operação esportiva para dirigentes de cerca de 30 países da América Latina. A comitiva vai acompanhar os bastidores da etapa deste fim de semana no Autódromo Velocità, em Mogi Guaçu (SP). O Grupo Veloci, promotor do campeonato, fechou 2025 com faturamento de R\$ 180 milhões e projeta atingir R\$ 230 milhões neste ano, impulsionado por um ecossistema com mais de 250 marcas parceiras e um salto de 82% na audiência em TV aberta. A categoria completa 47 anos em 2026. A etapa de Brasília está prevista para 27 de setembro.

R\$ 1,3 bilhão

Valor que o mercado de bioinsumos movimentou, entre janeiro e abril de 2026, no Brasil. É um crescimento de aproximadamente 5% em relação ao mesmo período de 2025. A área tratada alcançou 31,2 milhões de hectares, avanço de 15% na comparação com os 27,2 milhões de hectares contabilizados no primeiro quadrimestre do ano anterior. Os dados são do CropData, portal de dados da CropLife Brasil, e exibem o panorama que antecede a próxima safra.

ECONOMIA / Nova legislação obriga estabelecimentos comerciais a oferecerem o espaço gratuitamente para clientes, mas não define a necessidade de uma relação clara de consumo. Representantes do setor recorreram à Justiça para derrubar a norma

“Lei do banheiro” preocupa comércio

» VITÓRIA TORRES

Negar o uso do banheiro a um cliente pode sair caro para comerciantes do Distrito Federal. Está em vigor a Lei Distrital nº 7.928/2026, que torna obrigatório o acesso gratuito aos sanitários em padarias, drogarias e demais estabelecimentos comerciais.

Pela nova legislação, qualquer restrição ao uso dos sanitários só poderá ocorrer por motivos técnicos, sendo vedada qualquer forma de discriminação. Os estabelecimentos também deverão garantir que os banheiros atendam às normas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A fiscalização ficará a cargo dos órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF), que irão verificar tanto a liberação do acesso quanto as condições de higiene das instalações. A Secretaria de Saúde informou ao **Correio** que a Vigilância Sanitária deve publicar uma nota técnica, dentro de 60 dias, esclarecendo como será a aplicação da norma e definindo os critérios de acesso para drogarias, padarias e, principalmente, os chamados “demais estabelecimentos comerciais”, que são tratados de forma genérica na norma.

As penalidades serão aplicadas de forma progressiva. Na primeira infração, o comerciante receberá advertência por escrito. Na segunda, será aplicada multa de R\$ 300. Em uma terceira autuação, o valor dobra para R\$ 600. Se houver uma quarta infração, o estabelecimento poderá ter o alvará de funcionamento suspenso até a regularização.

Para a advogada Daiana Sousa, professora do curso de Direito do Centro Universitário

Arquivo pessoal



Prática faz parte da rotina da farmácia de João Antônio Neto

(UNICEPLAC), a medida protege consumidores, especialmente idosos, gestantes, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida e pacientes com condições de saúde que exigem acesso rápido ao banheiro.

A professora destaca que a norma não determina que seja exigida comprovação de compra no estabelecimento. O texto, segundo ela, assegura o acesso aos “clientes”, e não utiliza expressões como “qualquer pessoa” ou “público em geral”. “Não parece razoável exigir nota fiscal ou obrigar a pessoa a consumir para somente depois permitir o uso do banheiro. A interpretação mais equilibrada é a de que o direito alcança quem esteja no estabelecimento na condição de cliente ou potencial cliente, ainda que não tenha concluído uma compra. Essa questão, contudo, mereceria regulamentação para evitar conflitos entre comerciantes e consumidores”, ressalta.

Reação

A medida, no entanto, provocou protestos de representantes do setor produtivo. O presidente do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal (Sindivarejista-DF), Sebastião Abritta, recorreu à Justiça para tentar derrubar a lei.

“Essa lei é um desastre. Não favorece, só prejudica, principalmente o setor varejista, que é formado por micro, pequenos e médios lojistas. Estão querendo transferir a responsabilidade do Estado para o setor produtivo. Essa lei é inconstitucional”, afirmou.

Ele também argumenta que a medida impõe novos custos aos empresários, que teriam de adaptar espaços e ampliar a manutenção dos sanitários.

O presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), José Aparecido

Freire, defendeu que o comércio já convive com elevada carga tributária e custos operacionais crescentes. “Não é razoável criar uma nova obrigação, com possibilidade de multa e até suspensão do alvará, sem considerar a realidade física e financeira dos pequenos estabelecimentos”.

“Não somos contrários ao interesse dos consumidores, mas defendemos que qualquer medida seja construída com equilíbrio, diálogo e segurança jurídica”, completou.

A Fecomércio-DF também publicou nota orientando o setor a cumprir a legislação vigente, mas afirmou que ainda analisa os impactos da nova norma.

“A entidade demanda esclarecimentos adicionais, especialmente por entrar em vigor sem prazo de adaptação e sem definir com precisão como será aplicada a estabelecimentos de diferentes portes e estruturas”, informou.

Desafio

A microempresária Silvana Rabelo, 55 anos, proprietária de uma loja em Águas Claras, acredita que a nova legislação traz desafios para pequenos estabelecimentos.

“Nosso banheiro fica dentro do estoque. Muitas vezes, o cliente se sente inibido por entender que está invadindo um espaço reservado para usar o banheiro. Ela vai ter que acompanhar essa pessoa até o banheiro e depois na saída, porque a gente não sabe quem está entrando ali. A funcionária fica em uma situação de extrema vulnerabilidade.”

A empresária afirma que a medida deve aumentar os custos. “O aumento de gastos é inevitável, com

água, papel higiênico e uma frequência maior de limpeza. O governo transferiu para os comerciantes uma responsabilidade que deveria ser do Poder Público, de oferecer banheiros públicos. Os nossos banheiros se tornaram públicos. No nosso caso, nem temos condições de adaptar o espaço às normas de acessibilidade, porque o banheiro é muito pequeno.”

Já o empresário João Antônio Neto, 58, dono da Drogaria Shalom, no Setor O, em Ceilândia, afirma que a prática já fazia parte da rotina do estabelecimento.

“Para mim não faz muita diferença, porque desde sempre todo mundo que pede para usar o banheiro eu permito.” Ele conta que já presenciou situações delicadas envolvendo clientes. “Uma pessoa passou uns 40 minutos dentro do banheiro passando mal e fiquei preocupado. Eu me coloco no lugar dessas pessoas, seja quem for. Trabalho em um ambiente de saúde. Precisa haver essa empatia.”

Carlos Vieira CB/DA Press



Comerciantes cobram esclarecimentos sobre como a lei será aplicada a estabelecimentos de diferentes portes